



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

ISSN 2176-9036

Artigo recebido em: 29.07.2012. Revisado por pares em: 27.11.2012. Reformulado em: 05.12.2012. Avaliado pelo sistema double blind review.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM CONTABILIDADE VOLTADA PARA O SEGMENTO DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

ANALYSIS OF THE BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION IN ACCOUNTING ORIENTED SEGMENT OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA EN CONTABILIDAD SE CENTRÓ EN EL SEGMENTO DE LA GESTIÓN SOCIAL Y AMBIENTAL

Autores

Pedro Ylunga Costa da Silva

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná. Endereço: Rua Presidente Beaurepaire Rohan, Nº 509. CEP 80050 - 345 - Curitiba, PR – Brasil. Telefone: 0xx44 30261759 e 0xx44-9992-5070
E-mail: pedroylunga@yahoo.com.br

José Santo Dal Bem Pires

Doutorado em Engenharia de Produção - Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Contabilidade e Sociedade. Endereço: Av. Colombo, nº 5790, CEP 87020-900. Telefones: 0xx44-3261-4910 e 0xx44-9972-0039.
E-mail: jsdbpires@uem.br

RESUMO

A pesquisa objetivou identificar as mudanças ocorridas na produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de Gestão Social e Ambiental, publicada em periódicos no nível Qualis A, B e C, nos últimos 20 anos. A fundamentação teórica aborda aspectos relacionados à responsabilidade social e ambiental, contabilidade ambiental, contabilidade social, instrumentos contábeis de evidenciação da responsabilidade social das empresas, os relatórios sociais de apoio à gestão ambiental entre outros aspectos ligados ao tema. A metodologia admitida caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, com metodologia de uma pesquisa documental e com o método dedutivo. Utilizando para isso, o instrumento de análise com base nas seis dimensões definidas para o estudo, quais sejam: quantitativa, autoria, temática, metodologia, referencial teórico e cientificidade. A coleta de dados foi realizada no portal de cada um dos periódicos

selecionados e por meio destes impressos, durante o ano de 2010. A conclusão indica que a contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental vem, nos últimos anos, dando largos passos para evoluir e atender as necessidades sociais, econômicas e financeiras da sociedade; e que é preciso avançar um pouco mais no rigor metodológico utilizado nos trabalhos produzidos.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão. Social. Ambiental. Produção.

ABSTRACT

The research aimed to identify the changes in the Brazilian scientific production in accounting oriented segment of Environmental and Social Management, published in journals Qualis at level A, B and C in the last 20 years. The theoretical discusses aspects related to social and environmental responsibility, environmental accounting, social accounting, financial instruments of disclosure of corporate social responsibility, social reports to support environmental management and other aspects related to the subject. The methodology allowed characterized as a descriptive research of an applied nature, with documentary research methodology and the deductive method. Using this, the analysis tool based on the six dimensions defined for the study, namely: quantitative authorship, themes, methodology, theoretical and scientific. Data collection was performed at the portal of each selected journals and through these printed during the year 2010. The conclusion indicates that accounting-oriented segment of social and environmental management has, in recent years, making great strides to evolve and meet the social, economic and financial society, and that we need to go further in the methodological rigor used in the work produced.

Keywords: Accounting. Management. Social. Environmental. Production.

RESUMEN

La investigación encaminada a investigar los cambios en la producción científica brasileña en contabilidad orientada en el segmento de la Gestión Social y Ambiental, publicados en revistas Qualis en el nivel A, B y C en los últimos 20 años. El fundamento teórico aborda aspectos relacionados con la responsabilidad social y ambiental, la contabilidad ambiental, la contabilidad social, los instrumentos contables de la divulgación de la responsabilidad social de las empresas, los informes sociales de apoyo a la gestión ambiental y otros aspectos relacionados con el tema. La metodología permitió caracterizar como una investigación descriptiva de naturaleza aplicada, con la metodología de la investigación documental y el método deductivo. Con esta opción, la herramienta de análisis a partir de las seis dimensiones definidas para el estudio, a saber: cuantitativo, autoría, los temas, la metodología, la referencia teórica y la científicidad. La colecta de datos se realizó en el portal de cada una de las revistas seleccionadas y a través de estos impresos, durante el año 2010. La conclusión indica que la contabilidad orientada a segmentos de la gestión social y ambiental, en los últimos años, se encuentra dando largos pasos desarrollar y atender las necesidades sociales, económicas y financieras de la sociedad; y que es necesario ir más lejos en el rigor metodológico utilizado en los trabajos producidos.

Palabras clave: Contabilidad. Gestión. Social. Ambiental. Producción.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do pensamento contábil esteve sempre atrelada ao desenvolvimento da sociedade e, suas organizações, procuram na contabilidade informações gerenciais que lhes auxiliem no processo de tomada de decisões, onde de forma direta ou indireta acabam influenciando no meio social sobre o qual desenvolvem as suas atividades. Neste sentido, atualmente as organizações e pesquisadores têm demonstrado interesse em abordar assuntos referentes à contabilidade voltada para o segmento de Gestão Social e Ambiental. As pressões do mercado obrigam as empresas a saírem de esquemas tradicionais de gestão e passem adotar novas ferramentas, em seus produtos e processos.

A contabilidade é uma ciência social, pois através do estudo da evolução das entidades, procura melhorar suas informações para a tomada de decisões e sobre possíveis resultados respondendo as necessidades das entidades (DE LUCA, 1998).

No Brasil, a ciência contábil nos últimos 20 anos tem ampliando as linhas de pesquisa para as diversas áreas de atuação das entidades de negócios. E a introdução de trabalhos científicos relativos à contabilidade voltada para o segmento de Gestão Social e Ambiental é pertinente, uma vez que, possibilita a continua evolução da ciência contábil junto com as questões socioeconômicas da sociedade. Como exemplo, têm-se trabalhos publicados Martins e Ribeiro (1995), Singer e Sekiguchi (2000), Bergamini Junior (2000), Ribeiro e Souza (2004), Rover, Alves, Borba (2006), Siqueira e Macedo e Esteves (2009), Rover, Santos e Salotti (2012) que investigam o uso das práticas contábeis para a gestão, identificação e mensuração efetiva dos aspectos social e ambiental das companhias brasileiras e internacionais.

Desta forma, têm-se observado a existência de vários artigos publicados em revistas especializadas como de Gallon, Souza, Rover e Van Bellen (2007) investigam as características metodológicas dos artigos da área ambiental publicados nos anais de congressos e em revistas de Contabilidade e Administração no período de 2000 a 2006. Silva, Dani, Beuren e Kloeppel (2011), examinam as mesmas características bibliométricas e sociométricas de publicações da área ambiental, aumentando o período de análise que vai de 2000 a 2010. Rover, Santos e Salotti (2012), se dedicam em examinar as características das pesquisas empíricas de contabilidade ambientais somente publicadas em periódicos nacionais e internacionais. Estes trabalhos abordam o assunto que cresce cada vez mais no país, levando a discussão acerca da qualidade e do nível de produção científica e acadêmica destes mesmos trabalhos científicos, justificando desta forma a importância do tema escolhido.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como preocupação central a seguinte indagação: quais as mudanças ocorridas na produção científica brasileira em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, publicada em periódicos, nos últimos 20 anos? A pesquisa pretendeu dar uma resposta a esta pergunta estabelecendo como objetivo geral de identificar as mudanças ocorridas na produção científica brasileira em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, publicada em periódicos, nos últimos 20 anos. Os objetivos específicos se preocuparam em identificar a produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de Gestão Social e Ambiental em periódicos no nível Qualis A, B e C, nos últimos 20 anos; analisar a produção científica selecionada, evidenciando as mudanças significativas que ocorreram no período em estudo; e, descrever as características, ante as dimensões propostas, da produção científica objeto de análise.

A importância desta pesquisa se revela na evidenciação da evolução quantitativa e qualitativa da pesquisa em contabilidade, no que toca o seu aspecto social e ambiental no país, contribuindo para a discussão sobre os rumos da produção científica nas instituições de ensino superior. A metodologia admitida caracteriza-se como descritiva e explicativa, de natureza

aplicada, com procedimentos de pesquisa documental e com o método dedutivo.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 1 apresenta o tema, sua importância, objetivos e justificativas para sua elaboração, fazendo parte da introdução; na seção 2 encontram-se as referências teóricas para a execução da pesquisa; a seção 3 ilustra os procedimentos metodológicos aplicados; na seção 4 são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados coletados e sua posterior tabulação e análise; e, concluindo, a seção 5 contempla a conclusão e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção encontra-se a fundamentação teórica que serviu de base para elaboração do presente estudo, agregando um conjunto de conceitos sobre responsabilidade social e ambiental, contabilidade ambiental, contabilidade social, instrumentos contábeis de evidenciação da responsabilidade social das empresas, os relatórios sociais de apoio à gestão ambiental entre outros aspectos ligados ao tema.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade das organizações perante a sociedade é um fenômeno recente na história das organizações, surgiu em decorrência da evolução do capitalismo que se observou na década de 60, isto no século XX. Segundo Tinoco e Kraemer (2004), os trabalhadores assalariados insurgiram-se contra as grandes empresas devido à falta de condições de trabalho e pelo tratamento desumano que lhes era dado, com isso, as empresas viram-se obrigadas a mudar o seu comportamento perante seus trabalhadores. A responsabilidade social num conceito muito mais amplo pode ser chamada também de desenvolvimento sustentável, aquele que satisfaz as necessidades dos presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: NOSSO FUTURO COMUM, 1987).

As questões relativas à proteção do meio ambiente e da responsabilidade das organizações, tem sido bastante discutidas, e tem influenciado na escolha de muitas empresas no processo de tomadas de decisões, escolha de investidores, não esquecendo que os consumidores atualmente têm preferido produtos de empresas que tenham responsabilidade relativa às questões sociais e ambientais. Com isso a preocupação das empresas com relação à responsabilidade social e ambiental vem crescendo de maneira impressionante em todas as partes do mundo (FIPECAFI, 2003). Na verdade a sociedade procura cada vez mais organizações que possuam estratégias de gestão voltadas para a sociedade, e fundamentalmente para a proteção do meio ambiente.

Conforme o Instituto Ethos, ao assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir o desenvolvimento econômico, social e ambiental da comunidade em uma sociedade estável a empresa esta cumprindo com a sustentabilidade empresarial, determinando a empresa a atingir não mais somente o valor adicionado econômico, mas também a atingir o valor ambiental e social adicionado funcionando sem ferir em qualquer aspecto o bem estar da sociedade, denominando conceito de *Tripple Botton Line*.

Segundo o Instituto Ethos (2006, p. 3):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A responsabilidade social das empresas perante o meio ambiente foi uma tarefa difícil de ser compreendida, por muitos, e demorada a ser assumida pelas organizações. Martins e Ribeiro (1998) nomeiam algumas das razões que dificultavam o seu entendimento: altos custos, inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes, os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda a sociedade, os consumidores não associavam a atuação e o comportamento da empresa ao consumo de seus produtos. A prática de responsabilidade social e ambiental pelas empresas atualmente é tida como um dos fatores preponderantes no processo de desenvolvimento das nações, onde os valores morais precisam estar acima dos benefícios e ganhos de lucro que as empresas ganham em determinado período de tempo.

2.2 CONTABILIDADE SOCIAL

A Contabilidade Social é uma das vertentes da contabilidade com a função de fornecer informações de caráter social, sobre as relações das entidades com o ambiente interno e externo. Conforme, observa Culmann (1973), a Contabilidade Social não procede dos sistemas contábeis convencionais por via de uma “filiação legítima”. As duas seguem matérias e bases metodológicas diferentes, apesar de que existem algumas similaridades, como ao registro de dupla entrada, da Contabilidade Social que se assemelha ao das partidas dobradas da contabilidade. Uma característica observada pela Contabilidade Social devido a sua inspiração macroeconômica, ela se preocupa com grandes agregados econômicos e de medições globalizadas, contabilizadas a níveis nacionais e sociais, não locais e individuais.

Segundo Rossetti (1995), o desenvolvimento conceitual da Contabilidade Social dividiu-se em três etapas, são elas: 1ª Etapa (segunda metade do século XVII à década de 1930): a exacerbação do espírito nacionalista; a avaliação de potenciais de guerra; o cálculo da capacidade de contribuição fiscal; 2ª Etapa (1930 até final da 2ª Guerra Mundial): o planejamento de políticas anti-depressão; o conhecimento da estrutura e do potencial dos sistemas econômicos nacionais, sobretudo com vista à mobilização de guerra; 3ª Etapa (último pós-guerra aos dias atuais): o fornecimento de dados agregativos para formulação e acompanhamento da política econômica governamental, de curto e longo prazo; o conhecimento da estrutura e do potencial dos sistemas econômicos nacionais, não só de interesse para atividades de defesa e segurança, mas também com vista à promoção do crescimento das nações subdesenvolvidas; o atendimento de necessidades estatísticas das Nações Unidas e de outras entidades internacionais no pós-guerra.

Desta forma, a Contabilidade Social tem como objeto de mensuração a única unidade de medida que se aplica aos bens primários, à monetária como veículo comparativo das análises efetuadas nas transações econômicas de determinado país pelos seus agentes econômicos, avaliando a conjuntura socioeconômica da nação e não a situação patrimonial dos diferentes agentes econômicos. Ao contrário da contabilidade que evolui juntamente com a macroeconomia, trabalhando com agregados que possuem uma grandeza macroscópica, consumo agregado, o investimento agregado, o produto nacional e a renda nacional (PAULANI & BRAGA, 2003, p.1).

Mesmo com o crescente desenvolvimento e utilização de dados agregativos produzidos pelos diferentes Sistemas de Contabilidade Social, ainda persistem algumas limitações básicas, bem como dificuldades práticas ainda não inteiramente removidas ao uso amplo de estimativas e não esquecendo também à existência de estatísticas básicas que tomem o seu cálculo mais exato e regular (ROSSETTI, 1995). De acordo com Epstein (2003) *apud* Rover, Santos e Salotti (2012), é possível descrever a linha histórica da evolução da Contabilidade Social incluindo a Contabilidade Ambiental, desde a década de 1960 até o período atual conforme segue no Quadro 1.

Quadro 1- Estágios da evolução da Contabilidade Social

Estágio	Anos	Características
1	1960 – 1969	Antecedentes da Contabilidade Social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de programas governamentais sociais ▪ Aumento da agitação social ▪ Surgimento da preocupação social com o papel das empresas na sociedade
2	1970 – 1977	Nascimento e desenvolvimento inicial da Contabilidade Social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da preocupação das empresas com os impactos sociais ▪ Contribuições acadêmicas para o desenvolvimento de modelos para mensuração e evidenciação dos impactos sociais das empresas ▪ Experimentações empresariais com a Contabilidade Social
3	1978 – 1986	Declínio da Contabilidade Social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Declínio da agitação social em torno das questões sociais ▪ Falta de institucionalização das preocupações sociais quer na comunicação corporativa interna ou externa ou na tomada de decisão
4	1987 - 1998	Renascimento do interesse na Contabilidade Social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da regulamentação ambiental ▪ Aumento da preocupação pública e empresarial com os impactos globais sociais, incluindo meio ambiente, direitos humanos, diversidade de trabalhadores, ética e produtos de qualidade
5	1999 – Presente	Redesenvolvimento da Contabilidade Social <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de modelos de mensuração e normas para divulgação externa social ▪ Desenvolvimento de técnicas para melhor identificar, mensurar e gerenciar os impactos sociais, com vistas à sua integração nas decisões gerenciais

Fonte: Rover, Santos e Salotti (2012), adaptado de Epstein (2003)

Contudo, a Contabilidade Social apesar de convencionalmente objetivar a estimativa de todas as transações econômicas observadas dentro das economias nacionais, com sistema de contas nacionais, não se restringe somente a elas, pois inclui outras peças-chaves como balanço de pagamentos, as contas do sistema monetário e os indicadores sociais, como distribuição de renda e índice de desenvolvimento humano (PAULANI; BRAGA 2003).

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental é um campo novo e em desenvolvimento na contabilidade, que tem o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novas metodologias que possam responder aos gestores quanto às informações financeiras sobre o meio ambiente e atitudes a tomar pelas entidades, pois como afirma Gray *et al* (1993, p. 95), “investir na proteção do meio ambiente não é só mais um diferencial, mas sim uma obrigação”.

No entendimento de Paiva (2001, p. 12), a Contabilidade Ambiental é definida como “[...] a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário como parâmetro em suas tomadas de decisões”. Para Ribeiro (2005, p. 45), a Contabilidade Ambiental objetiva “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Por outro lado, Ferreira (2006), admite que a contabilidade ambiental tenha como objetivo estudar o tipo de comportamento gerencial através do estudo dois tipos clássicos de comportamento: comportamento empírico (onde as empresas tentam manter seu risco baixo

aspiram a uma longa duração, comportam-se de modo “ecológico”, tentando adaptar-se ao meio ambiente, ou buscando que o meio ambiente se adapte a elas); comportamento do tipo clássico (modelo normativo tem como característica a orientação para o preço, são mais reativas do que inovativas, procuram maximizar o lucro em curto prazo e age com mínimo de conformidade legal em relação ao ambiente, modelo tem sido dominante).

Para Ferreira (2006, p. 84), a Contabilidade Ambiental tem como objetivo estudar o tipo de comportamento gerencial através do estudo dois tipos clássicos de comportamento:

[...] - O comportamento empírico, onde as empresas tentam manter seu risco baixo aspiram a uma longa duração, comportam-se de modo “ecológico”, tentando adaptar-se ao meio ambiente, ou buscando que o meio ambiente se adapte a elas, líderes empresarias idealistas, com custos e receitas que aparecem tardiamente em seu processo decisório, e caracterizado por racionalidade limitada.

[...] - O comportamento do tipo clássico – modelo normativo tem como característica a orientação para o preço, são mais reativas do que inovativas, procuram maximizar o lucro a curto prazo e agem com mínimo de conformidade legal em relação ao ambiente, nos debates sobre sustentabilidade esse modelo tem sido dominante.

A Contabilidade Ambiental pode se repartir em duas áreas bastante importantes como a Área Financeira e a Área Gerencial.

A Contabilidade Financeira Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que:

- a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e
- b) o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam (BERGAMINI JR., 1999, p. 3).

Pode se dizer que a contabilidade Ambiental é um modelo desenvolvido nos últimos tempos para mostrar por meio da mensuração como a área de gestão ambiental contribui efetivamente para o resultado da empresa, não representando somente uma fonte de custos, pois muitas são as empresas que mostram o contrário. Na verdade a contabilidade não irá de maneira instantânea solucionar os problemas ambientais, mas por ser uma ferramenta fundamental no processo de informações decisivas, poderá alertar aos agentes sociais sobre a gravidade do problema que vivemos hoje nesse mercado globalizado e nesse mundo de severas alterações climáticas.

2.4 INSTRUMENTOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

A Ciência Contábil tem como principal objetivo informar aos seus usuários sobre determinadas situações ocorridas no seio das organizações, através dos relatórios contábeis, como Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Notas explicativas, Relatório da Administração e outros documentos complementares. A evidenciação de todo tipo de informação gerada pelas empresas no que tange a sua responsabilidade perante a comunidade no qual esta inserida, é de fundamental importância para que as empresas possam informar aos seus colaboradores sobre as atividades praticadas por ela em prol da melhoria do bem estar da comunidade em geral.

A evidenciação é a função das empresas em prestarem a divulgação para os seus colaboradores, de toda informação relativa ao desempenho econômico, financeiro, social e ambiental exercidos pela mesma com o objetivo de demonstrar a sua preocupação com a

comunidade (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Segundo o IBRACON *apud* Leonardo (2003, p. 23):

As empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas devem ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros suplementares.

De fato a responsabilidade das empresas na sociedade é fundamental para a continuidade das gerações, pois a empresa como membro da sociedade pode influenciar tanto negativa como positivamente, todos os agentes que com ela dividem o meio ambiente, tomando atenção que não só os aspectos internos são importantes para o bom funcionamento das organizações, mas considerar também todos os aspectos que externamente podem afetar a empresa. Conforme afirma Nakagawa (1993, p.18):

A responsabilidade (*accountability*), como se vê, corresponde sempre à obrigação de executar algo, que decorre da autoridade delegada e ela só se quita com a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela contabilidade. A autoridade é a base fundamental da delegação e a responsabilidade corresponde ao compromisso e obrigação de a pessoa escolhida desempenhá-lo eficiente e eficazmente.

Assim as empresas precisam divulgar através de instrumentos contábeis toda a informação com relação as suas atividades, para informar os usuários sobre as contribuições para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. No Brasil as informações de caráter ambiental são evidenciadas através da tradicional estrutura do Balanço Patrimonial e das Demonstrações de Resultados, lançadas nas contas de natureza ambiental, acompanhados com os demais complementos: Relatório da Diretoria e as Notas explicativas (RIBEIRO, 2005).

Segundo Paiva (2003), “algumas alternativas foram criadas para a divulgação, entre elas tem-se o Balanço Social, Eco balanço, Demonstrações Alternativas, Quadros Suplementares”. Essas informações são fundamentais para a sociedade para determinar o crescimento socioeconômico das populações, podendo tirar resultados de extrema importância, bem como ajudar no processo de tomada de decisões futuras para a empresa que pode mudar a sua política para com as populações, ou mesmo para que as populações possam observar se a empresa preocupa-se com o desenvolvimento da nação.

De acordo com resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2004) estabelece através da norma da NBCT-15, que as informações contidas nos demonstrativos que divulgarem informações sociais e ambientais, deverão ser de responsabilidade do contabilista, com registro no órgão competente, devendo ter informações sobre a fonte dos dados recolhidos, quando não forem de fontes contábeis. De fato, as empresas além de representarem agentes econômicos cuja missão é de produzir riqueza, não podem esquecer-se do papel preponderante que exercem na sociedade, que fazem delas agentes sociais, com obrigações a executar para melhoraria do convívio socioeconômico.

2.5 RELATÓRIOS SOCIAIS DE APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

Para que as empresas possam exercer a gestão ambiental precisarão mudar inevitavelmente tanto as suas atividades como os seus métodos gerenciais. Nessa linha de pensamento, Macedo (1994) afirma que as empresas precisam abrir o seu universo para uma

visão geral da gestão ambiental, em quatro níveis conhecidos, quais sejam: gestão de processos (qualidade ambiental das atividades), gestão de resultados (qualidade ambiental dos processos de produção), gestão de sustentabilidade – ambiental (avaliação da capacidade de resposta do ambiente) e gestão do plano ambiental (avaliação sistemática de todos os elementos do plano de ação). A gestão ambiental faz uso da contabilidade para obter informações que possam ajudar no processo de tomada de decisões. Muitas empresas evidenciam o seu envolvimento em questões ambientais, através do Balanço Social, e acompanhado do Balanço Ambiental vem, em anexo, as Demonstrações Contábeis. Outras empresas optam pela divulgação do relatório da administração em relatórios ambientais ou relatórios socioambientais.

“Os relatórios ambientais têm como característica a descrição física sobre como determinada ação pode influenciar fisicamente o meio ambiente”. (FERREIRA, 2006, p. 24). A sua divulgação ainda é bastante recente, iniciou basicamente na década de 90. O Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of accounting and Reporting (Unctad/ISAR, 1998, p.83), expôs que:

Os stakeholders passaram a exigir melhores níveis de informações ambientais para suas decisões, que podem ser as de reduzir a sua própria exposição ao risco de crédito; julgar a própria exposição da entidade ao risco; interpretar a habilidade da gestão corporativa na administração de questões ambientais e a integração de assuntos ambientais em assuntos estratégicos de longo prazo; comparar o progresso entre as companhias e ao longo do tempo.

De acordo com estudo realizado pelas Nações Unidas, citado por Tinoco (2001), o grupo de trabalho apresenta relatórios contábeis sobre medidas ambientais, tais como: Relatório da Administração. Os relatórios socioambientais vêm evidenciar de forma geral, todo um conjunto de informações sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das organizações para os seus colaboradores diretos e indiretos, os Stakeholders, tomando atenção que outros relatórios financeiros e outras formas de evidenciação não podem ser confundidos com os relatórios socioambientais.

2.6 BALANÇO SOCIAL

A França em 1977, já obrigava as empresas a publicar o Balanço Social, sendo um instrumento de gestão e de informação que visava reconhecer de forma institucional, a importância dos empregados, como usuários da informação contábil, evidenciando informações para o uso exclusivo destes (emprego, remuneração, condições de segurança do trabalho, formação profissional e outras condições relevantes) e, sobretudo, possibilitar a comparação entre um ano e outro no Balanço Social (De LUCA, 1998).

Este relatório possibilita a entidade evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários. (TINOCO; KRAEMER, 2004). O Balanço Social já é realidade evidente em diversos países do mundo, não possui padrões que orientem a sua elaboração, fazendo com muitos países elaborem de acordo as suas necessidades sociais.

O Balanço Social já é realidade evidente em diversos países do mundo, não possui padrões que orientem a sua elaboração, fazendo com muitos países elaborem de acordo as suas necessidades sociais. De Luca (1998, p. 25), apresenta um quadro mostrando o enfoque que cada um destes países segue na elaboração do Balanço Social:

Quadro 2 – Balanço Social – Panorama Internacional

PAÍS	BALANÇO SOCIAL – ENFOQUE
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral, qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque às condições de trabalho e aos aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Enfoque para informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Fonte: De Luca (1998, p.25).

No Brasil o sociólogo Herbert de Souza (1935 – 1997), defendeu a idéia do Balanço Social dentro das empresas, sugerindo as diversas associações de empresários no País a sua elaboração e divulgação. As deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, defenderam também a elaboração do Balanço Social no Projeto de Lei em 1997, obrigando as empresas privadas (com mais de 100 empregados), bem como as públicas, sociedades mistas, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados a elaborarem o relatório social.

O Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de todos aqueles que dela precisam como afirma Tinoco e Kraemer (2004, p. 94), assim consegue obter informações de caráter social, ambiental e econômico, que atendam aos usuários.

Deste modo o Balanço Social é mais uma ferramenta que a Contabilidade Social utiliza para demonstrar como as empresas estão atuando, a fim de informar aos usuários, quer sejam internos ou externos, basicamente é uma forma da empresa demonstrar o seu lado mais social para o benefício das populações carentes. Assim, na concepção dos professores Perottoni e Cunha (1997, p. 13), “O Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”.

Para Tinoco e Kraemer (2004), em face da responsabilidade social das organizações, em meados dos anos 70 a 80, especialmente na Inglaterra, Alemanha e Holanda diversos pesquisadores defenderam a ampliação do Balanço Social, devido a apresentação de uma nova demonstração, que denominaram de Demonstração do Valor Adicionado (DVA), revelando informações a sociedade sobre a nova riqueza criada pelas organizações, ou seja, a produção vendida (output), deduzida dos bens e serviços adquiridos de terceiros (inputs), não esquecendo sua repartição aos agentes sociais envolvidos na geração do valor agregado.

2.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado auxilia no processo de elaboração do Balanço Social através do fornecimento de informações referentes à apuração e análise do desempenho econômico da empresa, bem como o seu relacionamento com a sociedade, através dos efeitos de distribuição de riqueza (SANTOS & HUSHIRO, 2003). Obrigatório de acordo com a Lei 11.638/07, que trouxe modificações a Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas, está intimamente ligada à idéia de responsabilidade social das entidades, informando a diversos

usuários sobre o valor gerado pelas empresas, e como esse valor esta sendo distribuído pelos agentes econômicos, inclusive o Estado (DE LUCA, 1998).

O valor adicionado (ou valor agregado) é usualmente a medida pelo qual a DVA faz uso para ampliar a capacidade de análise do desempenho econômico e social das organizações em determinado período, sendo a soma de toda a produção de bens e serviços em determinado período, subtraída pelo o custo dos produtos adquiridos de terceiros para essa produção, verificando também como é este valor é distribuído pelos agentes econômicos que participam de alguma forma nas suas atividades. (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 257). Muito utilizado na macroeconomia para a avaliação do Produto Nacional, que é resultado da soma de todos os produtos e serviços finais, deixando de parte aqueles produtos que no processo produtivo foram consumidos os chamados produtos intermediários, evitando assim a dupla contagem.

Para Tinoco (2006, p. 65), “a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábil-financeira das organizações”. A sua elaboração não tem o objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício, como afirma Tinoco (2006, p. 68), tem como função principal informar como é formado o resultado líquido de determinado período, já para a DVA o objetivo principal é fornecer informações a diversos agentes econômicos, observando a mensuração, a produção ou venda. Desta maneira para Santos (1999, p. 10), afirma que:

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, importante componente do Balanço Social, tem como principais objetivos a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e forma de distribuí-la. Essa demonstração não pode e não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício e nem tampouco com o EVA – Economic Value Added.

Contudo a área contábil complementa a área econômica passando todo tipo de informação relativo ao valor adicionado de cada empresa como forma de constituição do Produto Nacional. Lembrando que para a economia a mão-de-obra representa um serviço final, sendo incluída no cálculo do valor adicionado. Para empresas o valor adicionado é considerado o valor de toda a riqueza que a empresa durante um determinado período conseguiu gerar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia admitida caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, com metodologia de uma pesquisa documental e com o método dedutivo. Utilizando para isso, o instrumento de análise dos trabalhos científicos coletados com base nas seis dimensões definidas para o estudo, quais sejam: quantitativa, autoria, temática, metodologia, referencial teórico e cientificidade.

A coleta foi realizada durante o ano de 2010, e para isso, selecionou-se 10 periódicos nacionais, reconhecidos e classificados no sistema Qualis/Capes com diferentes conceitos A, B e C Nacional. A escolha destes periódicos deve-se ao fato de que alguns destes pertencem a Programas de Pós-graduação em Contabilidade, outros possuem grande divulgação na área acadêmica e profissional em contabilidade, considerados assim, importantes para a área. Sendo que, a coleta foi, na sua maioria, realizada por meio do portal de cada periódico consultado existente na *internet*, e alguns foram levantados na Biblioteca Central (BC) da Universidade Estadual de Maringá – UEM. O restante foi obtido através da ajuda de algumas entidades que fazem parte do corpo diretor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dentre os periódicos têm-se: RCF – Revista de Contabilidade e Finanças (USP);

RCVR – Revista de Contabilidade Vista e Revista (UFMG); RUERJ – Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ; RPC – Revista Pensar Contábil (CRC/RJ); RUNB – Revista UNB Contábil (UNB); RBFin – Revista Brasileira de Finanças; B-RAC – Base-Revista de Administração e Contabilidade (Unisinos); RCC – Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC); RUC – Revista Universo Contábil (FURB); RCO – Revista de Contabilidade e Organizações (USP-RP).

A partir do instrumento de análise, elaborou-se um roteiro/formulário com objetivo de simplificar a análise de todo material referente à pesquisa. O roteiro/formulário possibilitou montar de maneira organizada e detalhada a listagem de todo material referente à pesquisa através de uma planilha do Excel, que permitiu a criação de um banco de dados para o desenvolvimento de cada dimensão estudada na pesquisa, onde cada uma teve os seguintes critérios ou dimensões, a saber:

- 1) **Quantitativa** - admitiu-se o número de publicações do período analisado por periódico;
- 2) **Temática** - admitiu-se para a análise o enquadramento das publicações em áreas e subáreas;
- 3) **Autoria** - admitiu-se para a análise todos os pesquisadores que desenvolveram artigos científicos, nos últimos 20 anos, publicados em periódicos pertencentes a um Programa de Pós-graduação *strictu sensu*, cujas informações (identificação, titulação e vinculação institucional) foram exclusivamente recolhidas da Plataforma Lattes, pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 4) **Referencial Teórico** - admitiu-se para a análise da plataforma teórica utilizada para construção de cada artigo, por meio dos seguintes aspectos:
 - Teses: admitiu-se a classificação das teses nacionais e internacionais.
 - Dissertação: a classificação das dissertações nacionais e internacionais.
 - Sites/Web: a classificação de sites/web nacionais e internacionais.
 - Jornais: a classificação de exemplares publicados sem nenhuma vinculação com instituições de ensino.
 - Periódicos: a classificação dos exemplares publicados com vinculação a instituições de ensino ligadas a um programa de pós-graduação *strictu sensu*.
 - Legislação: admitiu-se a classificação de todo e qualquer conjunto de normas nacionais e internacionais independente do seu veículo de publicação.
 - Anais: a classificação de todos os artigos publicados em anais de congressos nacionais e internacionais.
 - Outros: todo e qualquer tipo de material que não se enquadre nos aspectos acima citados.
- 5) **Metodologia**: admitiu-se a identificação e classificação da abordagem metodológica, utilizando como referencia a classificação metodológica de Borinelli (2006, p. 49), destacado a seguir:

Tabela 1 – Classificação e enquadramento das pesquisas

Critérios de Classificação das Pesquisas	Tipos de Pesquisa
1) - Quanto aos objetivos	Exploratória
	Descritiva
	Explicativa
2) - Quanto à natureza do problema	Básica (pura, fundamental, teórica ou não empírica)
	Aplicada ou empírica
3) - Quanto à abordagem do problema e à natureza das variáveis pesquisadas	Avaliação quantitativa
	Avaliação qualitativa
4) - Quanto às estratégias	Experimento, quase-experimento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa ex-post facto, levantamento, estudo de caso, estudo de campo, pesquisa-ação e pesquisa participante.
5) - Quanto ao método de abordagem da pesquisa	Dedutivo
	Indutivo
	Hipotético-dedutivo
	Dialético
6) Quanto ao ambiente de pesquisa	De campo
	De laboratório

Fonte: Adaptado de Borinelli (2006, p.49)

- 6) **Cientificidade:** averiguação do rigor metodológico empreendido, mediante a presença dos aspectos mínimos exigidos para um trabalho de cunho científico (problema, questão, objetivos, classificação, população, amostra, delimitação, limitações, entre outros).

Tais dimensões foram investigadas partindo do princípio de que a contabilidade voltada para o segmento de Gestão Social Ambiental, para efeito do presente estudo compreende as subáreas Responsabilidade Social e Ambiental (RSA), Contabilidade Ambiental (CA), Contabilidade Social (CS), os Instrumentos Contábeis de Evidenciação da Responsabilidade Social das Empresas (ICESE), os Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental (RSAGA), o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Acrescentado (DVA).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os periódicos analisados no período de abrangência da pesquisa, coletou-se 1.048 artigos. Desse total, 505 artigos são referentes à área da Ciência Contábil, publicadas em periódicos ligados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos 20 anos, conforme o contido na tabela 02:

Tabela 2 – Quantidade de artigos publicados por periódico em 20 anos

Período Analisado	Periódicos	Artigos	Contab. Focada p/Gestão Social e Ambiental	%
1989 - 2008	Revista de Contabilidade e Finanças - USP	148	17	11,49
1989 - 2008	Revista de Contabilidade Vista e Revista - UFMG	86	19	22,09
1998 - 2008	Revista Pensar Contábil - CRC	43	12	27,91
1998 - 2008	Revista UNB Contábil - UNB	42	5	11,90
1998 - 2008	Revista de Contabilidade do Mestrado em	15	2	13,33
2003 - 2008	Revista Brasileira de Finanças - SBF	42	0	0,00
2004 - 2008	Base-Revista de Administração e Contabilidade	35	2	5,71
2004 - 2007	Revista Contemporânea de Contabilidade - UFSC	28	9	32,14
2005 - 2008	Revista Universo Contábil - FURB	45	13	28,89
2007 - 2008	Revista Contabilidade e Organizações - USP/RP	21	1	4,76
Total		505	80	15,84

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Os dados apresentados na tabela 2 evidenciam que no período de abrangência da pesquisa, coletou-se um total de 505 artigos referentes ao conhecimento da Ciência Contábil, dos quais 80 artigos fazem referências à Contabilidade Social e Ambiental, o que representa 15,84% da área das Ciências Contábeis. A partir deste total foi possível verificar e estudar atentamente as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, através das seis dimensões admitidas neste estudo, quais sejam: quantitativa, temática, autoria, metodologia, referencial teórico e cientificidade.

A dimensão **quantitativa** apresenta um panorama a respeito da proporcionalidade anual de artigos publicados por periódico analisado, conforme demonstra a tabela 3:

Tabela 3 – Números de publicações em cada ano e por periódico na área de contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental

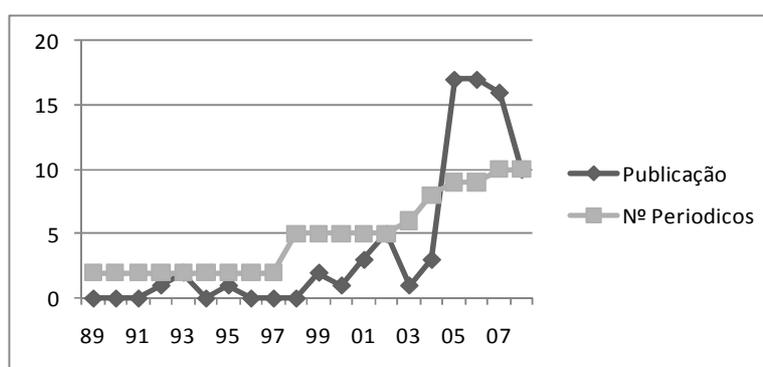
ANO	RCF	RCVR	RPC	RUNBC	RCUERJ	RBF	B-RAC	RCC	RUC	RCO	Total
1989	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1990	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1991	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1992	0	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1993	2	0	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1994	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1995	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1996	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1997	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1998	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1999	0	2	0	-	-	-	-	-	-	-	2
2000	1	0	0	-	-	-	-	-	-	-	1
2001	0	1	2	-	-	-	-	-	-	-	3
2002	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	5
2003	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-	1
2004	0	0	1	0	-	0	0	2	-	-	3
2005	2	2	4	4	-	0	2	4	1	-	19
2006	9	5	2	0	1	0	0	-	-	-	17
2007	2	6	-	0	-	0	0	3	6	-	17
2008	-	-	1	0	1	0	0	-	6	1	9
Total	17	19	12	5	2	0	2	9	13	1	80

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Os dados da tabela 03 mostram os números de publicações dos pesquisadores com interesses em abordar temas relacionados à Contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, bem como mostra o surgimento freqüente de novos periódicos durante o período

analisado. No tange à quantidade de periódicos existentes, observa-se que de 1989 a 1997, existiam apenas os periódicos RCF – Revista de Contabilidade e Finanças da USP, e a RCVR – Revista de Contabilidade Vista e Revista da UFMG. Ambas, respectivamente, publicaram 17 e 19 artigos nestes últimos 20 anos. Percebe-se que a RPC – Revista Pensar Contábil do CRC/RJ e a RUC – Revista Universo Contábil da FURB, apesar de serem recentes, mostram um bom nível de publicações, ficando com 12 e 13 artigos respectivamente. Por outro lado, a RBF – Revista Brasileira de Finanças não teve publicado nenhum artigo relacionada à Contabilidade focada na Gestão Social e Ambiental. Denota-se mudança relevante, para maior, na quantidade de publicações na área estudada, a partir de 2005, com a edição dos novos periódicos. Nos últimos 4 anos, publicou-se 62 artigos dos 80 publicados nos últimos 20 anos. A evolução da produção científica no período de 1989 a 2008 pode também ser observada na figura 01 a seguir:

Figura 1 – A evolução da produção científica no período de 1989 a 2008.



Fonte: desenvolvido pelos autores, 2010.

Percebe-se através da figura 01, que a partir do ano de 2005 ocorreu uma elevação na quantidade de periódicos existentes; e, conseqüentemente, um salto relevante na quantidade de estudos sobre a contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental.

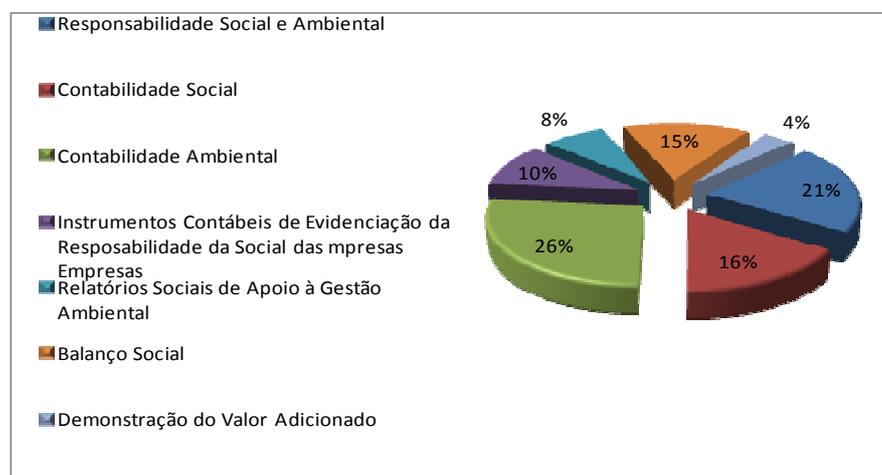
Na **dimensão temática**, cujo objetivo é classificar os artigos nas respectivas subáreas já mencionadas, o enquadramento das publicações encontra-se na tabela 4:

Tabela 4 – Enquadramento de publicações nas respectivas subáreas temáticas

ANO	RSA	CS	CA	ICERE	RSAGA	BS	DVA	Total
1992	0	0	0	0	0	0	1	1
1993	1	0	0	0	0	1	0	2
1995	0	0	1	0	0	0	0	1
1996	0	0	0	0	0	0	0	0
1997	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	0	0	0	0	0	0	0	0
1999	0	0	0	1	0	1	0	2
2000	0	0	0	1	0	0	0	1
2001	1	0	1	0	0	1	0	3
2002	0	1	1	0	0	3	0	5
2003	1	0	0	0	0	0	0	1
2004	0	0	1	1	0	1	0	3
2005	4	4	4	2	0	3	0	17
2006	3	4	6	1	1	1	1	17
2007	3	3	7	1	2	0	1	17
2008	4	1	0	1	3	1	0	10
Total	17	13	21	8	6	12	3	80

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Para melhor visualização e descrição dos dados obtidos, o figura n°. 02 demonstra, em termos percentuais, o total de publicações por subárea temática.

Figura 2 – Percentual de participação na subárea temática.

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2010.

Nota-se maior interesse por parte dos pesquisadores na subárea de Contabilidade Ambiental (CA) com 21 publicações e Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) com 17, correspondendo, em termos percentuais, 26% e 21% respectivamente de todas as publicações de artigos dos últimos 20 anos. A de menor interesse ficou a cargo da subárea relacionada à Demonstração do Valor Adicionado. Seccionando o período analisado em 1992/1998 (6 anos), 1999/2004 (6 anos) e 2005/2008 (4 anos), percebe-se, de período a período, uma mudança significativa de aumento no número publicações nas subáreas temáticas pesquisadas, passando, respectivamente de 4 para 15 e de 15 para 61 publicações. Mais recentemente, 2005/2008, também recai nas subáreas Contabilidade Ambiental (CA) e Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) um maior número de publicações, com 17 e 14 artigos simultaneamente. Enfim, apenas no último quadriênio, obteve-se 93,00% do total de publicações nos últimos 20 anos feitas na área temática de Contabilidade Social e Ambiental.

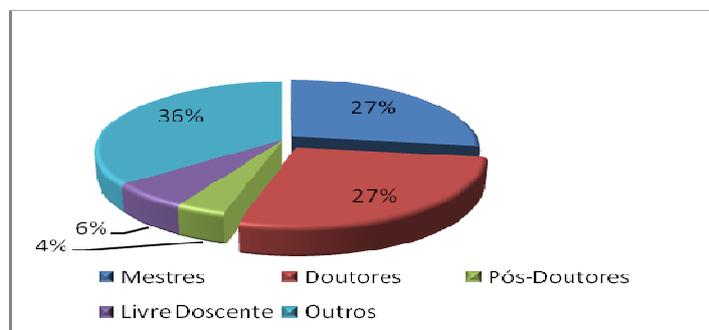
Na **dimensão autoria** analisou-se os dados coletados junto a 84 pesquisadores que compuseram a amostra pesquisada. A caracterização quanto ao gênero masculino e feminino (M e F) encontra-se na tabela 5:

Tabela 5 – Caracterização dos pesquisadores quanto ao gênero

Gênero	Quantidade	%
Masculino	77	53,5
Feminino	67	46,5
Total	144	100,0

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Os dados da tabela 5 evidenciam que os homens são os que mais participam na elaboração de trabalhos voltados a área analisada, com 53,5%, enquanto as mulheres ficaram com 46,5%. No entanto, o tempo aponta que a participação das mulheres tem crescido nos últimos anos, engrandecendo a área da Contabilidade Social e Ambiental. Com relação ao grau de titulação dos pesquisadores, os dados contidos no gráfico 03 e na tabela 05 indicam o que segue:

Figura 03 - Percentual de participação dos pesquisadores segundo grau de titulação

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2010.

Tabela 6 – Distribuição dos pesquisadores segundo o grau de titulação e por periódico

Periódico	Mestres	Doutores	Pós-Doutor	Livre Doscente	Outros	Total
Revista de Contabilidade e Finanças - USP	5	14	0	5	9	33
Revista de Contabilidade Vista e Revista - UFMG	12	7	2	0	12	33
Revista Pensar Contábil - CRC	8	4	0	1	9	22
Revista UNB Contábil - UNB	0	3	0	0	3	6
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	2	1	0	1	1	5
Revista Brasileira de Finanças - SBF	1	0	0	0	0	1
Base-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	0	0	0	0	3	3
Revista Contemporânea de Contabilidade - UFSC	6	8	2	1	5	22
Revista Universo Contábil - FURB	7	6	1	2	14	30
Revista Contabilidade e Organizações - USP/RP	2	1	1	0	0	4
Total	43	44	6	10	56	159

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Como evidencia a tabela 6 e o figura 3, os doutores têm sido os que mais desenvolvem artigos científicos em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental. Logo em seguida, vem àqueles considerados na classe de Outros, entendendo como Outros pesquisadores os que possuem somente a graduação ou que ainda não a concluíram como os alunos que participam de projetos de pesquisa. Os doutores preferem tanto o periódico Revista de Contabilidade e Finanças – USP -, como a Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC. A categoria de Outros preferem a Revista Universo Contábil – FURB, e os Mestres preferem a Revista de Contabilidade Vista e Revista – UFMG. A tabela 06, a seguir, revela a vinculação institucional de cada um dos pesquisadores, evidenciando se os mesmos ainda possuem vínculo institucional com alguma entidade do ensino superior, depois de publicado seu artigo.

Tabela 7 – Vinculação institucional dos pesquisadores no período de 1988 a 2008

Vinculação Institucional	Quantidade	%
Sim	87	85,3
Não	15	14,7
Total	102	100,0

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Conforme, informação retirada via cadastro de Currículo Lattes do CNPq, verificou-se que dos 159 pesquisadores selecionados, somente 102 deles possuem o cadastro no CNPq e, destes, 87 possuem, ainda, vínculo institucional com as academias de ensino superior.

Na **dimensão metodologia** admitiu-se a classificação metodológica adaptada de Borinelli (2006, p. 58). Segundo essa classificação, tem-se os seguintes dados indicados na tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Distribuição dos artigos segundo a classificação metodológica

Ano	Números de artigos	Quanto aos objetivos	Quanto ao método	Quanto aos proced. técnicos	Quanto ao mét. de procedimento	Quanto as técnicas	Quanto ao amb. de pesquisa	Quanto à nat. das variáveis	Quanto à nat. da pesquisa
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1993	2	0	0	0	0	0	0	0	0
1994	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1997	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1999	2	1	0	0	1	0	0	0	0
2000	1	0	0	1	0	1	1	0	1
2001	3	0	0	2	0	1	1	1	1
2002	5	1	0	3	0	2	2	0	2
2003	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2004	3	0	0	2	0	1	2	0	1
2005	17	3	0	8	1	6	5	4	4
2006	17	5	0	8	3	11	5	2	6
2007	17	10	1	6	1	5	3	7	3
2008	10	4	0	6	1	6	4	1	1
Total	80	24	1	36	7	33	23	15	19

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

Pode-se observar, via tabela 8, que os artigos publicados em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, no período 1989 a 2008, ficaram a desejar quanto ao rigor metodológico na sua construção, pois em todas as classificações admitidas os artigos ficaram aquém do desejado. Verifica-se que até 1999, portanto em mais de uma década, qualquer rigor metodológico nos artigos publicados. De 2000 a 2004, os pesquisadores começaram a se preocupar com a metodologia nos seus estudos. Somente a partir de 2005 se percebe um avanço bastante relevante nos artigos com as classificações exigidas, embora bem aquém do desejado, que é o número total de artigos pesquisados, ou seja, 80.

Tabela 9 – Publicações segundo a classificação admitida

Quanto aos objetivos	Qtd	Quanto ao método	Qtd	Quanto aos procedimentos técnicos	Qtd	Quanto ao método de procedimento	Qtd	Quanto às técnicas	Qtd	Quanto ao ambiente de pesquisa	Qtd	Quanto à natureza das variáveis	Qtd	Quanto à natureza da pesquisa	Qtd
Exploratória	12	Dedutivo	1	Bibliográfica	15	Estatístico	2	Entrevista	2	De Campo	6	Quantitativa	4	Pura	6
Descritiva	7	Indutivo	0	Documental	7	Descritiva	4	Questionário	3	Bibliográfica	18	Qualitativa	8	Aplicada	14
Descritiva-explicativa	1	Não Classificado	79	Levantamento	5	Análitica	1	Medidas de opinião e de	1	Não Classificado	56	Mista	3		
Exploratória-descritiva	6			Estudo de caso	9	Comparativo	1	Testes	2			Não Classificado	65	Não Classificado	60
Não Classificado	54			Survey	1	Não Classificado	72	Análise de conteúdo	17						
				Não Classificado	43			Mais de uma técnica de coleta	9						
								Não utilizou nenhuma técnica de coleta	9						

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

A tabela 9 revela que em todas as classificações da dimensão metodológica, o campo não classificado é o que apresenta o maior número de artigos enquadrados. Trata-se de um dado expressivamente significativo, o que infere a necessidade de um maior rigor metodológico nos artigos publicados na área temática sobre em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental.

Quanto à **dimensão referencial teórico**, a análise dos artigos foi dividida em materiais nacionais e internacional, utilizando para isso as ferramentas: teses, dissertação, sites/web, jornais, periódicos, legislação, anais e outros materiais. Veja a tabela 10:

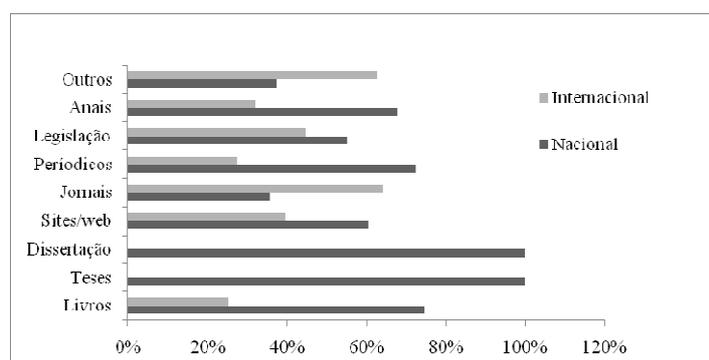
Tabela 10 – Origem do material utilizado pelos pesquisadores na construção dos artigos

Ano	Nacional		Internacional		Total
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
1988	-	-	-	-	-
1989	0	-	0	-	-
1990	0	-	0	-	-
1991	0	-	0	-	-
1992	0	0,0	0	0,0	0
1993	10	76,9	3	23,1	13
1994	0	0	0	0	0
1995	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0
1997	0	0,0	0	0,0	0
1998	0	0,0	0	0,0	0
1999	0	0,0	0	0,0	0
2000	0	0,0	0	0,0	0
2001	10	83,3	2	16,7	12
2002	9	75,0	3	25,0	12
2003	25	96,2	1	3,8	26
2004	18	94,7	1	5,3	19
2005	92	66,7	46	33,3	138
2006	44	28,8	109	71,2	153
2007	208	74,3	72	25,7	280
2008	86	61,4	54	38,6	140

Fonte: desenvolvida pelos autores, 2010.

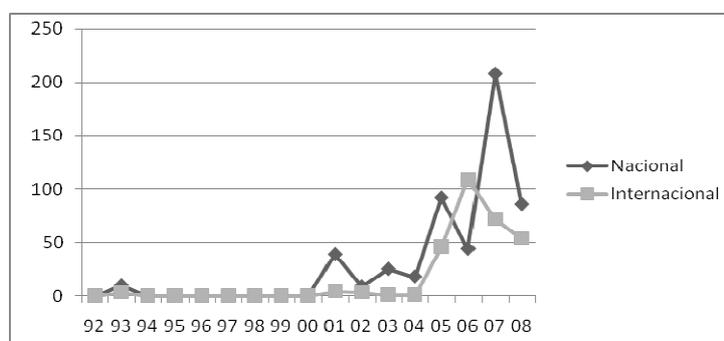
A tabela 10 demonstra que os pesquisadores, na área temática de contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, indicam para elaboração dos seus artigos, primordialmente referências de origem nacional. Isto tem ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, porém percebe-se nos últimos anos do período analisado uma mudança de comportamento dos pesquisadores, que tem indicado mais referências de origem internacional, o que certamente dá mais qualidade aos artigos publicados. Em termos de quantidade de referências nacional e internacional – as figuras n.ºs. 4 e 5 demonstram a seguinte visão:

Figura 4 – Origem do referencial teórico utilizado pelos pesquisadores.



Fonte: desenvolvido pelos autores, 2010.

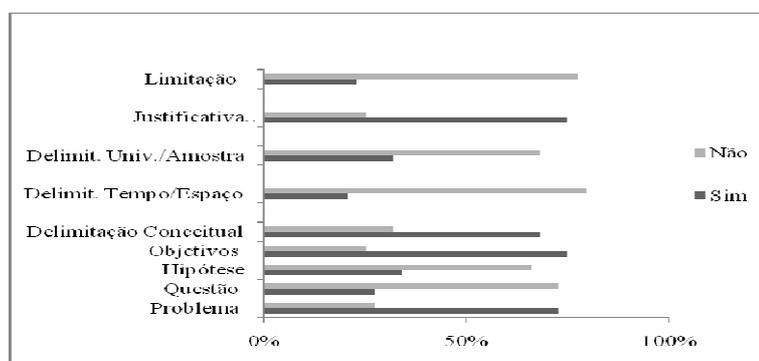
Figura 5 – Percentual de participação da origem do material utilizado na elaboração dos artigos.



Fonte: desenvolvido pelos autores, 2010.

A figura 04 mostra, a partir de 2001, uma ascendência na quantidade de referências mencionadas, com uma elevação significativa desde 2005. A figura 05 aponta que as referências nacionais perduraram em todas as fontes pesquisadas, exceto nos jornais e na classificação de outros, onde a quantidade de referências internacionais se sobressai. Por outros recursos devem ser entendidos revistas, diários e trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação.

Na **dimensão científicidade** admitiu-se a presença dos aspectos mínimos exigidos para elaboração de um trabalho de cunho científico, identificando aqueles que utilizaram ou não os critérios previamente estabelecidos, e assim verificando o seu rigor científico, conforme a figura 6:

Figura 6 – Enquadramento dos artigos segundo o rigor científico.

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2009.

Observa-se na tabela 10, que dos 44 trabalhos publicados na área de contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, aqueles levados ao conhecimento da sociedade na primeira década do período, apresentaram muito pouco ou quase nenhum rigor na dimensão científicidade. Porém, na segunda década, percebem-se a implementação de vários itens considerados necessários na dimensão científicidade, principalmente nos anos mais recentes da última década. Observam-se alguns itens de científicidade em percentual maior, outros itens em percentual menor, em relação ao número total de trabalhos publicados. No entanto, é possível observar o início de mudança a partir de 2001, onde os trabalhos publicados passaram a admitir em sua estrutura de construção, os itens considerados necessários pela dimensão científicidade. As mudanças mais representativas ocorreram a partir do ano de 2005, um avanço na qualidade científica dos estudos publicados. Através do figura 06, percebe-se maior percentual de enquadramento – sim - nos itens justificativa/contribuição, delimitação conceitual, objetivos e problema de pesquisa. Por outro lado, de menor percentual de enquadramento – não - os itens de limitação delimitação da universo/amostra, delimitação tempo/espaço, hipótese e questão de pesquisa.

3 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta um panorama com vistas a contribuir para a identificação e análise das mudanças ocorridas na produção científica brasileira em contabilidade focada para a Gestão Social e Ambiental, publicada em periódicos, nos últimos 20 anos. Os resultados e discussões envolvem as questões relacionadas às seis dimensões, quais sejam: quantitativa, autoria, temática, metodologia, referencial teórico e científicidade.

A dimensão quantitativa aponta que na primeira década existiam apenas dois periódicos e com raríssimas publicações do tema aqui estudado. Os demais vieram a aparecer a partir de 1998, com um salto importante da edição de novos periódicos a partir de 2004. Por consequência, tal fato permitiu uma mudança relevante, para maior, na quantidade de publicações a partir de 2005. Nos últimos 4 anos, publicou-se- 61 dos 80 artigos publicados nos últimos 20 anos. No que tange à dimensão temática, os pesquisadores demonstraram maior interesse pela Contabilidade Ambiental e pela Responsabilidade Social e Ambiental, que juntas somam 47,5 % das publicações efetuadas. Por outro lado, a de menor interesse, porém não de menor importância, cabe a Demonstração do Valor Adicionado.

Na dimensão autoria, o estudo mostra que a maioria dos trabalhos publicados pertence a classe dos outros (graduandos) e a doutores, com uma elevação gradual e constante, de publicações dos demais níveis de qualificações acadêmicas e profissionais, o que indica a inserção de novos pesquisadores interessados no tema. Embora se conclua que os homens são os que mais produzem trabalhos em contabilidade, a participação efetiva das mulheres tem crescido nos últimos anos. A dimensão metodologia aponta que os pesquisadores construíram seus estudos sem atribuir muita importância à base metodológica, deixando de lado, muitas vezes, regras básicas de metodologia. Na década inicial do período analisado, os trabalhos publicados em contabilidade voltada para a Gestão Social e Ambiental não apresentaram rigor metodológico adequado. Essa performance começou a mudar a partir do ano 2000, porém a mudança relevante começou a ocorrer a partir do ano 2005, provavelmente devido a maior complexidade dos trabalhos, necessário se fez estruturá-los com métodos que dessem e demonstrassem maior veracidade e sustentabilidade nos resultados obtidos ao final da pesquisa.

No que toca a dimensão referencial teórico, a construção das publicações focam, na sua grande maioria, em referências de origem nacional. Porém, percebe-se nos últimos anos uma mudança relevante do comportamento dos pesquisadores, que tem indicado um número maior de referências de origem internacional. Essa atitude certamente dá mais qualidade aos artigos publicados. Na dimensão científicidade, conclui-se que os trabalhos publicados em contabilidade voltada para a Gestão Social Ambiental, aqueles levados ao conhecimento da sociedade na primeira década do período analisado, apresentam muito pouco ou quase nenhum rigor científico. Porém, a segunda década aponta mudanças devido a implementação de vários itens considerados necessários pela dimensão científicidade, embora ainda é preciso evoluir no que tange a essa dimensão, para que a preparação destas pesquisas seja delineada com senso crítico do autor, com um avanço da base científica na construção dos trabalhos.

Enfim, os números apresentados no presente estudo apontam a contabilidade voltada para a gestão fiscal, como uma área de pesquisa bastante interessante, com um vasto campo de trabalho a ser investigado, onde é possível desenvolver inúmeros trabalhos acadêmicos e científicos para o desenvolvimento da Ciência Contábil e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **Nosso Futuro Comum**. Relatório Brundtland, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Informações de Natureza Social e Ambiental** - NBC T 15, nº 1.003, 2004.

CULMANN, Henri. **Lês Comptabilités Nationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Aracéli C. de Sousa. **A Contabilidade Ambiental** – Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atlas, 2006.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GALLON, Alessandra V. SOUZA, Flávia C. ROVER, S. VAN BELLEN, Hans Michael. **Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: um levantamento a partir de artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de contabilidade e administração.** Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 7, São Paulo: FEA/USP, CD-ROM, 2007.

GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan; WALTERS, Diane. **Accounting for the environment.** Londres: ACCA – Chartered Association of Certified Accountants: PCP – Paul Chapman Publishing, 1993.

MACEDO, R. K. **Gestão ambiental:** os instrumentos básicos para gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas. Rio de Janeiro: Abes: Aidis, 1994.

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à controladoria: **conceitos, sistemas, implementação.** São Paulo: Atlas, 1993.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Contabilidad Financiera y presentación de informes ambientales por lãs empresas (1993).** Disponível em: <http://www.unetad.org/sphome.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

PAIVA, P. R. **Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel.** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Atlas, 2003.

PAULANI, Leda M.; Braga Márcio B. **A Nova Contabilidade Social.** São Paulo: Saraiva, 2003. (Capítulo 6/11).

PEROTTONI, M. A e CUNHA, A S. Da. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília. V. 26, n. 104, p. 12-20, mar./abr., 1997.

MARTINS, E. RIBEIRO, M de S. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente.** ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, Boletim 415, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade Social.** 16. Ed. revisada. São Paulo: Atlas, 1995.

ROVER, Sulianni. SANTOS, dos Ariovaldo. SALOTTI, Bruno M. Análise das pesquisas empíricas de contabilidade ambiental publicadas em periódicos nacionais e internacionais no período de 1992. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental.** São Paulo, v.6, n.1, p.143-160, jan/Abril 2012.

ROVER, Sulianni. ALVES, Jorge L. BORBA, José A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade,** ano 03, v.01, nº5, jan/jun, p.41-58, 2006.

SANTOS, Ariovaldo dos. HASHIMOTO, Hugo. Demonstração do valor adicionado: Algumas considerações sobre carga tributária. **Revista de administração.** São Paulo, v.38, n. 2, p. 153-164, abr./maio/jun. 2003.

SILVA, M. Z., DANI, A.C., BEUREN, I. M., KLOEPPEL, N. R. **Características bibliométricas e sociométricas de publicações da área ambiental em congressos e periódicos nacionais**. ENGEMA, 13, São Paulo: FGV/SP. Disponível em: <http://www.engema.org.br/upload/pdf/2011/457-370.pdf>. Acesso em: 29 nov.2012.

SIQUEIRA, J.R.M., MACEDO, M.A.S., ESTEVES, F.V.P.M., FERNANDES, F.S. Desempenho social e ambiental do setor eletrônico brasileiro: uma avaliação apoiada em análise envoltória de dados (DEA). **Pensar Contábil**, 11(45), 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA**: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. Tese de Livre Docência – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, Herbert de. **Empresa pública e cidadã**. Folha de São Paulo, p. 2-2, 26 de março de 1997. **Empresa Pública e Cidadã**”. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio & FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balanco Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SUPLICY, Marta; TAVARES, Maria da Conceição; STARLING, Sandra. **Projeto de Lei N.º 3.116**, de 1997 cria o Balanço Social para as Empresas que Menciona e dá Outras Providências. 1997.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: Uma abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo P.; KRAEMER, Maria Elizabeth P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.